

V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS
Curitiba-PR - Brasil

CONTRA A BARBÁRIE, A MEMÓRIA: ELABORANDO A QUEDA DA BARRAGEM DE FUNDÃO

Carolina Machado Saraiva (UFOP) - carolamsaraiva@gmail.com

Professora Adjunta da Universidade Federal de Ouro Preto. Coordenadora do Observatório C.A.F.E. - Observatório em Crítica, Formação e Ensino em Administração.

Flávia Carolini Pereira dos Santos (UFLA) - flaviacarolini2013@gmail.com

Mestranda em Administração (PPGA UFLA) na linha 2, Organizações, Gestão e Sociedade. Pesquisadora no Observatório em Crítica, Formação e Ensino em Administração da UFOP (C.A.F.E.) e estudante no Laboratório de Estudos Transdisciplinares em Administração.

Jamila Piovezana Teixeira (UFOP) - jampilapiovezana@hotmail.com

Graduanda em Administração na UFOP.

Introdução

Adorno redigiu o texto “O que Significa Elaborar o Passado?”, em que discute a importância da memória como via para a obstrução da instauração de um novo sistema totalitário. Para o pesquisador, somente a lembrança do passado é que impediria que o gérmen da barbárie se espalhasse novamente pela Alemanha. “Quando a humanidade se aliena da memória, esgotando-se sem fôlego na adaptação ao existente, nisto reflete-se uma lei objetiva de desenvolvimento totalitário” (ADORNO, 2003, p. 33).

Esta pesquisa elabora o passado da queda da barragem de Fundão, ocorrido no dia 05 de novembro de 2015. Tal empreitada será realizada através da análise do material midiático produzido sobre tal tema, no período que compreenderá o dia do desastre até 05 de novembro de 2017. A análise de dois anos de material midiático nos possibilitará compreender como a memória sobre a queda da barragem estará sendo construída pelos atingidos.

Será priorizado o jornal *A Sirene* a fim de compreender como os discursos sobre a queda da barragem é dinamicamente produzido por aqueles que convivem com seus impactos diariamente e diretamente. Portanto, acredita-se que será encontrado neste *corpus* discursos mais legítimos e evidentes no que concerne às construções de sentido sobre a queda da barragem: as lutas de poder, interesses, explicações tecnocráticas e ideológicas.

O objetivo dessa pesquisa é compreender como o desastre da queda da barragem de Fundão é construído pela mídia local. A queda da barragem precisa ser elaborada à luz da Teoria Crítica para poder ser transformada em ação política. Ela precisa se metamorfosear em Esclarecimento. Como nos ensina Adorno (2003, p. 64), “quem não se ocupa com pensamentos inúteis não joga areia na engrenagem.”

Com base na realização do propósito da Teoria Crítica Frankfurtiana, qual seja, recuperar o momento de realização da filosofia, vê a possibilidade nesse trabalho de recuperar o momento de realização da queda da barragem, através da elaboração de seu passado. A compreensão crítica da queda da barragem descortinará os múltiplos discursos que a compõe, evidenciando os interesses institucionais, políticos, tecnocráticos e ideológicos envolvidos. Destarte, esse artigo se torna importante para o campo da Administração ao revelar as consequências do progresso capitalista de exploração da natureza e também ao confrontar instrumentalização das mídias “patrocinadas” ao elaborar o passado das reais vítimas do vazamento de rejeitos ao longo das localidades da Bacia do Rio Doce. Dessa forma,

enquanto a Razão Tradicional possibilita o avanço material e imaterial no campo da Administração por meio da produção de tecnologia, de conhecimentos específicos, da criação de modelos que visam sistematizar e orientar o progresso da dominação da natureza pelos homens, a partir da razão técnica e instrumental, a Razão Crítica é responsável por questionar e avaliar as consequências que tais avanços tecnológicos e de conhecimento podem provocar, se utilizados contra os homens (FARIA; MENEGHETTI; STEFANI, 2016, p. 152).

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Afinal, o que significa elaborar o passado para Adorno (2003)?

O autor inicia a discussão em seu texto propondo a reflexão da pergunta “O que significa elaborar o passado”. Tal questão tem seu entendimento transfigurado. Adorno (2003) relata que se almeja o contrário do que realmente essa questão implica. A intenção daquele que

comete o malfeito, “é encerrar a questão do passado, se possível inclusive riscando-o da memória. O gesto de tudo esquecer e perdoar, privativo de quem sofreu a injustiça, acaba advindo dos partidários daqueles que praticaram a injustiça” (ADORNO, 2003, p. 29).

Antes de adentrar no tema proposto é necessário expor as principais denúncias de filósofo para que se possa justificar a elaboração do passado para que tais ações não se repitam. Em sua obra *Educação e Emancipação*, ele exalta “uma noção de ética e compromisso político não apenas com o futuro” (JUTGLA, 2015, p. 397). Quando Adorno (2003) se refere ao passado, ele se volta para a perversidade ocorrida nos campos de concentração de *Auschwitz*. De acordo com Gagnebin (2006, p. 99),

nos anos de 1950 e 60, Adorno escreve vários ensaios sociológicos e filosóficos sobre a necessidade de não se esquecer *Auschwitz*, ele o faz num contexto histórico muito preciso: o da reconstrução da Alemanha e da progressiva instauração de um modelo capitalista triunfante na República Federal Alemã durante os “anos Adenauer”.

O progresso de Ford e sua ideia de afirmar que a história é uma “tolice” é para Adorno (2003) um ponto a se criticar. O autor alemão ainda relaciona “a perda da memória com o desenvolvimento das relações de produção capitalistas, sobretudo ao enfatizar o caráter atemporal das relações de troca” (ZUIN, 2013, p. 152). Gagnebin (2010, p. 183) discute também que “ele se opõe as tentativas forçadas de esquecimento do passado alemão, em particular da *Shoah*, que o *boom* dos anos 1960 na República Federal Alemã estimula sob o manto do sucesso econômico que induz ao “otimismo” (...)”.

Zuin (2013, p. 151) expõe que “no artigo: “O que significa elaborar o passado”, o pensador frankfurtiano, ao refletir sobre a relevância de elaborar o passado, justamente para que *Auschwitz* não se repetisse, reconheceu não ser tarefa fácil a de falar sobre as razões do nazismo na Alemanha”. Mesmo com o triunfo do capitalismo da época, os horrores do pós-guerra ainda ressoam na memória. “O nazismo sobrevive, e continuamos sem saber se o faz apenas como fantasma daquilo que foi tão monstruoso a ponto de não sucumbir a própria morte, ou se a disposição pelo indizível continua presente nos homens bem como nas condições que os cercam” (ADORNO, 2003 p. 29).

Gonzaga (2014) expõe que os delitos praticados pelos nazistas culminaram o surgimento de um perigo que antes não enaltecia suspeitas: o sucateamento da memória. “A máquina de morte dos nazistas não só se consagrou por tentar suprimir os rastros do que existiu em vida, como também coibiu a procura e a divulgação da verdade” (GONZAGA, 2014, s.p.). Para que esse passado não seja novamente sucateado, Gonzaga (2014, s.p) ao realizar a leitura do texto adorniano reafirma o trabalho da sociedade contemporânea que é

ajudar a eliminar as condições objetivas para a barbárie, barrar o processo de anticivilização na própria civilização. E, assim, fazer com que Auschwitz não reviva, impedindo a repetição da barbárie, como uma ameaça viva, presente na civilização.

Além da discussão nazista, Adorno (2003) traz em seus textos denúncias sobre “a educação que deveria criticar a sociedade que reproduz a miséria e traz consigo o retorno à barbárie, ao invés disso, visa formar pessoas integradas a ela” (RIPA, 2008, p. 3). Os escritos adornianos trazem diversas discussões sobre as problemáticas educacionais que culminam na deturpação da formação. Portanto, para Ripa (2008, p. 9) uma de suas denúncias consiste “na sociedade

construída pela indústria cultural, o perigo permanece e que o conhecimento que poderia proporcionar a emancipação dos indivíduos encontra-se travado”.

O pensamento adorniano também retrata a crítica ao trabalho na sociedade capitalista. Na obra aqui discutida, isso “demonstra quanto a formação dos indivíduos é determinada pelas condições objetivas em que se dá a base material da produção da existência humana” (SILVA e COLONTONIO, 2014, p. 619). Silva e Colontonio (2014, p. 619) ainda problematizam que “no capitalismo, a forma histórica do trabalho articula-se ao uso instrumental da razão, próprio do *esclarecimento*, e está relacionada ao momento em que a ciência e a tecnologia se convertem em *dominação* do homem sobre a natureza e sobre os próprios homens”.

Essa racionalidade instrumentalizada culmina na ocultação das reais intenções de quem tem o poder de dominação. De acordo com Ripa (2008, p. 8), “destruir a memória, a lembrança e o tempo tornam-se os princípios da sociedade da indústria cultural, que se propõe a adaptar o indivíduo ao existente e não a criar condições para que ele possa transformá-lo”. Adorno (2003, p. 33) explica que:

a memória, o tempo e a lembrança são liquidados pela própria sociedade burguesa em seu desenvolvimento, como se fossem uma espécie de resto irracional, do mesmo modo como a racionalização progressiva dos procedimentos da produção industrial elimina junto aos outros restos da atividade artesanal também categorias como a da aprendizagem, ou seja, do tempo de aquisição da experiência no ofício. Quando a humanidade se aliena da memória, esgotando-se sem folego na adaptação ao existente, nisto reflete-se uma lei objetiva de desenvolvimento.

Por isso, elaborar o passado para Adorno (2003),

como esclarecimento, consiste essencialmente em uma reorientação em direção ao sujeito, ou seja, em um fortalecimento de sua autoconsciência e, portanto, de si mesmo. É neste sentido que o autor afirma ser necessário esclarecer o que se passou, ultrapassando o remorso e a resistência ao horror, para que a elaboração do passado ocorra de forma a eliminar as causas do que aconteceu (RIPA, 2008, p. 8).

Ainda segundo Ripa (2008, p. 9), a elaboração do passado torna-se importante para “realmente esclarecer o que passou, fazendo com que os sujeitos reflitam sobre os mecanismos que provocam a reincidência da barbárie, reforçando a sua autoconsciência e o seu eu”. Porém, elaborar o passado não pode ser somente lembrá-lo. Gagnebin (2006, p. 100) enfatiza que “Adorno não afirma que devemos nos lembrar de *Auschwitz*; ou seja, ele não defende incessantes comemorações”. A autora explica que o frankfurtiano enaltece “muito mais *uma luta contra o esquecimento* que de atividades comemorativas, solenes, restauradoras, de “resgate” (GAGNEBIN, 2006, p. 100-101).

Para Adorno (2003), há um esquecimento duvidoso, nada saudável, que precisa ser desmascarado. Gagnebin (2006, p. 101) exemplifica esse esquecimento controverso como um:

não saber, saber mas não querer saber, fazer de conta que não se sabe, denegar, recalcar. E por que os alemães dos anos 50 e 60 desejavam tanto esquecer, segundo Adorno? Porque o peso do passado era tão forte que não se podia mais viver no presente; esse peso era insuportável porque era feito não apenas (!) do sofrimento do indizível das vítimas, mas também, e antes de tudo, da culpa dos algozes, da *Schuld* alemã”.

Segundo Zuin (2013, p. 152), “Adorno também observou que a tentativa (...) de relacionar a recusa da culpa com a resistência a elaborar o passado poderia muito bem engendrar um clima cultural propício à reincidência da barbárie”. O autor ainda enfatiza que para que a barbárie não retorne, é necessário que os mecanismos para se elaborar o passado sejam esclarecidos, pois o seu entendimento errado pode permitir que a barbárie reapareça, “na forma de manifestações do preconceito delirante e da eliminação física e psicológica daqueles que não partilhariam das ideias e dos objetivos dos membros de um determinado grupo” (ZUIN, 2013, p. 152).

Conforme Gagnebin (2010, p. 183), na conferência escrita por Adorno (2003), “ecoam muitas das reflexões de Freud, em particular as contidas num pequeno texto de 1914, intitulado “*Erinnern, wiederholen, durcharbeiten*” [“Lembrar, repetir, elaborar”]”. A autora ainda explica que:

O contexto freudiano é clínico; são observações ligadas a técnicas terapêuticas a partir de observações práticas. Mas essas preciosas observações foram, diversas vezes, usadas para pensar também, por analogia, processos coletivos: de memória, de esquecimento, de repetição. Aliás, os próprios textos freudianos de análise cultural permitem, se não justificam inteiramente tal analogia (GAGNEBIN, 2006, p. 103).

Adorno (2003) não se acredita em comemorações isoladas e nem em heróis vitimizados, “mas uma atividade comum de esclarecimento (*Aufklärung*, o famoso conceito do idealismo alemão), isto é, em termos mais freudianos, um trabalho de elaboração (*Durcharbeitung*, palavra muito próxima daquela que usa Adorno, *Aufarbeitung*) e de luto contra a repetição e o ressentimento” (GAGNEBIN, 2010, p. 183).

A possibilidade de resistência para o esclarecimento real só será possível através da emancipação. Adorno (2003) alerta sobre os limites do esclarecimento em outra obra de sua autoria, dada a importância de sua leitura para perceber a controvérsia que se apresenta o mundo atual e sua racionalidade (GUEVARA, 2017). Somente esclarecer não promove condições de emancipação. Segundo Lowy (2004, p. 23) “a auto emancipação é a única forma de emancipação autêntica”. Para que exista a condição de emancipação é necessário não só uma reflexão crítica, mas também é imprescindível um comprometimento político. Para que isso seja efetivo, Santos (2014) orienta que os sujeitos se mantenham atentos a realidade e ao seu poder de criticidade: “se o curso da história promove em larga escala a disseminação da barbárie, é preciso, sim, estar atento a isto. Evitar a distração perante a nossa realidade é uma das vias possíveis para a consecução da emancipação” (SANTOS, 2014, p. 34).

A expressão “elaborar o passado” de Adorno (2003) vai muito além de somente de recordar os acontecimentos do passado. O que o autor alemão quer enfatizar, conforme entendido por Zuin (2013, p. 155), “implica a relevância de rememorar o que aconteceu, de tal modo que o indivíduo do presente se sinta estimulado a esclarecê-lo e, assim, a projetar outro futuro”. Concomitantemente, “investigar a história implica estudar a nós mesmos, logo, implica abandonar a coisificação da consciência que se fecha em si mesma. Ora, somente é possível evitar os campos de concentração, tal qual *Auschwitz*, refletindo sobre as suas causas (...)” (SANTOS, 2014, p. 34). Portanto, Adorno (2003, p. 49) conclui que

o passado só estará plenamente elaborado no instante em que estiverem eliminadas as causas do que passou. O encantamento do passado pode manter-se até hoje unicamente porque continuam existindo as suas causas.

Ao eliminar as causas do passado, abre-se a construção de um espaço para os sujeitos vivos e preservação da memória daqueles mortos pela barbárie. Isso apresenta-se para Gagnebin

(2010, p. 184) como o trabalho para o esclarecimento que “é imprescindível para tornar possível o luto e a não repetição; somente ele permite enterrar os mortos, isto é, construir um espaço verdadeiro para os vivos, que não seja ameaçado pelos fantasmas do passado”. Santos (2014, p. 35) reflete que “para alcançar a emancipação é necessário compreender criticamente o estado atual que a impede de se afirmar”.

Por fim, “convém muito mais tentar *acolher* essas lembranças indomáveis, encontrar um lugar para elas, tentar *elaborá-las*, em vez de se esgotar na vã luta contra elas, na denegação e no recalque” (GAGNEBIN, 2010, p. 183).

1.2 A legitimação do jornal A Sirene na luta contra a barbárie

O jornal *A Sirene* é um veículo de comunicação criado em fevereiro de 2016 após três meses do rompimento da barragem de Fundão em Mariana. Mendes e Menezes (2016) relatam que a cobertura jornalística se apresenta como uma forma de empoderamento das comunidades atingidas. De acordo com Mendes e Menezes (2016, p. 1047), a ideia de construção desse veículo é “uma das iniciativas da sociedade civil organizada, que se traduz pelo jornal *A Sirene*, produzido pelos atingidos com a colaboração dos coletivos #UmMinutoDeSirene e NITRO, como ferramenta de comunicação e de mobilização dos atingidos”.

O maior desastre socioambiental brasileiro ceifou a vida de 19 vítimas e destruiu um povoado por completo. Além das 600 famílias desabrigadas, o impacto atingiu pescadores, agricultores, comércios locais, escolas, artesãos, o povo indígena Krenak, trabalhadores que viviam do turismo local e tantos outros moradores de Barra Longa, Paracatu de Baixo, Bento Rodrigues e várias outras regiões ao longo da Bacia do Rio doce. Espera-se da empresa agora, um tratamento justo dos impactos causados: prevenir que o desastre não ocorra novamente, planejar o que pode ser feito quanto a possibilidade de rompimento de barragens e por fim, mitigar e minimizar os danos causados através da resolução dos problemas urgentes causados (NEVES; SANTOS, LOUREIRO, 2017).

Depois da ocorrência do desastre os atingidos com vários apoios iniciaram um movimento de consolidar o direito a comunicação que possuem. Antes da criação do jornal, as discussões sobre o ocorrido eram feitas pelo facebook e depois tomaram a proporção de um movimento. Segundo Pazzo (2017, p. 80),

antes do jornal impresso, os voluntários que se propuseram a trabalhar com o direito à comunicação dos atingidos e impactados pelo rompimento da barragem da Samarco começaram uma troca de informações através das redes sociais. Após a criação da página do Facebook, “#BentoFala”, como espaço de voz dos moradores da comunidade de Bento Rodrigues, o grupo optou pela constituição de um coletivo, chamado “Um Minuto de Sirene”.

Pazzo (2017, p. 79) argumenta que eles não queriam ser retratados pela “mídia tradicional e terem o poder de deixar transparecer os desdobramentos da tragédia à sociedade, eles criaram, com o apoio de instituições, coletivos e moradores de Mariana, um jornal mensal, batizado de *A Sirene — Para não esquecer*”. A nomeação dada as pessoas que contribuem com a sua criação, “sirenistas”, se refere ao “nome dado às vítimas do crime ambiental para lembrar que se a Samarco tivesse cumprido com a obrigação de acionar uma sirene no momento do rompimento as populações que moravam perto da barragem poderiam fugir a tempo” (DAL GOBBO; REBOUÇAS, 2017, p. 3). Pazzo (2017, p. 81) corrobora que:

o termo “sirenista” passou a identificar os atingidos e seus apoiadores. Juntos, eles recorrem ao processo de comunicação independente como forma alternativa à imprensa que promove uma espetacularização em torno da tragédia, de forma acrítica e estática. As narrativas da mídia tradicional, recheadas de vozes de fontes ligadas à mineradora, deixaram de lado os atingidos, pautando neles somente a exploração do sofrimento e com recortes em suas declarações. Brittes

A *Sirene* é um jornal diferente das outras mídias circulantes. O material produzido e as notícias exibidas abrem espaço para as vozes dos atingidos que não precisam mais esperarem um desataque justo nos jornais oficiais. A veiculação dos sirenistas diferente dos jornais “famosos” não detêm patrocinadores pagos, por isso, “não precisa censurar-se para atender objetivos de grandes corporações. Os sirenistas são livres para expor sua história, sentimentos e revolta” (PAZZA, 2017, p. 81). Dal Gobbo e Rebouças (2017, p. 5) afirmam que um dos motivos que levaram a criação do folhetim, compactuando com a exposição de Pazza (2017),

está o desequilíbrio na administração das vozes presentes na narrativa feita pela cobertura midiática, cabendo aos especialistas e às fontes ligadas à mineradora Samarco destaque nas manchetes e chamadas, além de espaço privilegiado nos demais espaços da notícia. Também há o reconhecimento por parte dos atingidos de que suas falas são editadas de acordo com o interesse do veículo de comunicação. Destaca-se, ainda, o sensacionalismo presente na cobertura que fez com que os atingidos fossem desaparecendo das matérias, dando lugar a imagens da destruição.

A organização do jornal e sua construção técnica é pensada para contar a história dos atingidos. O projeto gráfico e sua diagramação revelam a identidade daqueles indivíduos. Todas as páginas possuem o aceite final dos sirenistas, assim como a linguagem verbal e não verbal ganham destaque por fazer com que o leitor se identifique e ao mesmo tempo fique esclarecido quanto a realidade dos fatos. Os elementos visuais ali destacados revelam o que é importante frisar e cada imagem ou desenho mostram um tipo de construção artesanal produzida por pessoas que viveram todos os acontecimentos. Por possuir todas essas características anteriores, o jornal traz similaridades de uma mídia radical. Pazza (2017, p. 85) faz essa associação ao argumentar que

não se trata de um veículo de comunicação comercial, e sim de um movimento social composto por ativistas direta e indiretamente envolvidos com os impactos ambientais e sociais provenientes do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana. O jornal possui em sua organização interna um princípio de democracia, onde os atingidos escolhem as pautas e produzem os textos. Essa relação democrática também pode ser observada nos gêneros de enunciados que contam as histórias do povo de Bento, como desenhos, poesia e a seção “A gente explica”, onde os significados de diversos verbetes são dados pelos atingidos, a partir de sua memória e de seus sentimentos.

Dal Gobbo e Rebouças (2017, p. 6) reforçam que umas das características desse jornal é o seu “caráter mobilizador, expresso, por exemplo, em seções como Agenda e Pelo Direito de Entender. O primeiro tem como um de seus objetivos trazer informações sobre futuras atividades e eventos de interesse dos atingidos, como reuniões (...)”. Sempre desatacando as próximas reuniões com a Samarco, o Ministério Público e todas as outras mobilizações que ocorrem ao longo do mês. A segunda, “a seção “Pelo Direito de Entender” destina-se a esclarecer questões como o papel de determinados órgãos, como o Ministério Público; e quais são os direitos dos atingidos e como alcançá-los” (DAL GOBBO; REBOUÇAS, 2017, p. 7). A ideia do jornal em explicar termos jurídicos, leis e funções de órgãos públicos é justamente

informar essas pessoas que existe formas e locais onde podem recorrer e reivindicar os seus direitos.

Essa ferramenta de construção dos espaços a serem preenchidos no jornal reforçam a sua legitimidade e empoderamento frente a mídia tradicional que possui uma linguagem instrumentalizada. Quando um movimento consegue se reafirmar através de um folheto mensal com mais de 2 anos de publicação apresentam-se dois lados: um lado negativo expõe que os problemas causados pela queda da barragem está longe de acabar e um lado positivo que revela a resistência das comunidades atingidas ao se fazer ouvir, ler, ver imagens, atingir não só os leitores que já foram impactados pelo desastre mas todos aqueles que podem vir a possuir um posicionamento crítico quanto a barbárie ocorrida. Portanto,

essa iniciativa constitui uma ação cidadã que visa a empoderar populações destituídas do exercício da cidadania, num país historicamente caracterizado pela desigualdade social e pela exclusão dessas populações, em razão da hegemonia das formas de dominância econômica, social, midiática e política (MENDES; MENEZES, 2016, p. 1071).

A *Sirene* é de suma importância para esclarecimento dos reais impactos causados pelo desastre e retrata a tragédia quando e depois que aconteceu. Os seus destaques possuem a relevância de se expor o registro que “se dá em função de que o acidente não pode ser soterrado e cair no esquecimento, afinal, ele não ficou no passado, mas encontra-se no presente, como relatado por uma atingida: “o acidente não aconteceu, está acontecendo” (BATINGA; MENEZES, 2016, p. 2).

2. METODOLOGIA

2.1 Aspectos metodológicos

A pesquisa descritiva será a escolhida para este projeto, juntamente com uma abordagem qualitativa, que se justifica pelo foco dado na percepção do pesquisador. Devido à sua complexidade e flexibilidade, a pesquisa qualitativa não possibilita a definição de regras precisas, aplicáveis a todos os casos (GIL, 1991). Muitos elementos da pesquisa qualitativa são definidos ao longo do processo investigativo, uma vez que o mesmo é o responsável pelo direcionamento das ferramentas e métodos de análise que devem ser utilizados (VERGARA, 2004).

Para se desenvolver análise do fenômeno proposto, buscaremos compreender as múltiplas constituições discursivas produzidas pelas mídias locais sobre a queda da barragem de fundão e suas consequências, com vistas à compreensão das possibilidades de recuperação da aptidão à experiência formativa (ADORNO, 2003). Por isso, a coleta dos dados compreenderá o jornal *A Sirene* e sua página no *facebook*. A análise dos dados será inspirada na análise crítica de discurso (Faria, 2001; Fiorin, 1989; Maingueneau, 1998), a fim de evidenciar as características presentes nos dados coletados. Sabemos que “ao descrever um ‘objeto’, a teoria, de certo modo, inventa-o. O objeto que a teoria supostamente descreve é, efetivamente, um produto de sua criação” (SILVA, 1999, p. 11). Portanto, nosso olhar sobre o processo de mudança de currículo do curso de administração servirá, fundamentalmente, para a revelação das contradições entre a produção/reprodução/resistência à lógica do capital.

2.2 Análise: Construção da memória do rompimento da barragem de Fundão

Apresenta-se nesta sessão uma análise das categorias que permitem a elaboração do passado e construção da memória do rompimento da barragem de Fundão. As categorias a serem estudadas são inspiradas na análise crítica de discurso (Faria, 2001; Fiorin, 1989; Maingueneau, 1998), pois dado as características do material abordado opta-se por não seguir toda a complexidade da análise discursiva.

De acordo com Carrieri, Maranhão e Murta (2009, p. 1319), a linguagem é “construída histórica e socialmente, partes e da premissa de que a realidade é fruto do processo de inclusão de alguns fenômenos e exclusão de outros”. Nesse sentido buscamos desvendar como a história do rompimento da barragem vem se desenhando nesses dois anos de desastre. Analisa-se então a mídia para a construção da memória do desastre socioambiental: as vinte e duas edições do jornal *A Sirene* e sua página no *facebook* até 2 anos do desastre que contam a história do rompimento da barragem na visão dos atingidos.

Afim de interligar a mídia escolhida para a construção do desastre, montou-se um questionário composto por quatro perguntas que ajudam a contar a história. As apresentações dessas respostas serão expostas a seguir:

1. O que aconteceu no dia 05 de novembro de 2015?
2. Qual foi a causa do rompimento da barragem de Fundão?
3. O que está sendo realizado após a catástrofe?
4. Quem e o que são os atingidos pelos rejeitos da barragem?

De acordo com Faria (2001), existe uma compatibilidade dos conceitos de discurso e de formação discursiva discutidos por Fiorin (1989) e Maingueneau (1998), por isso o autor considera o “discurso como formação discursiva ou vice-versa” (FARIA, 2001, p. 242). Nesse artigo, para se entender como se dá o discurso presente na mídia jornalística é necessário compreender o que o forma. Portanto, nota-se que o jornal é formado por figuras, depoimentos, notícias e pesquisas que ajudam a contar a história do maior desastre socioambiental do Brasil.

De acordo com o Editorial do primeiro jornal, *A Sirene* (2016) é “mais uma ferramenta de apoio para que a comunicação e a preservação das suas memórias se tornem seus patrimônios. Um convite a todos para não esquecer” (*A SIRENE*, 2016, edição nº 0, p. 2). A primeira capa do jornal traz a imagem dos moradores no terreno escolhido para ser o novo Bento e última página retrata o que cada rosto da capa deseja que tenha nessa construção desde as igrejas a vida livre que possuíam antes do rompimento da barragem (*A SIRENE*, 2016, edição nº 0).

Na edição nº 0 do jornal *A Sirene* (2016), a ex-moradora do município de Paracatu, Dona Maria de Paracatu, narra através de um poema o que aconteceu no dia 05 de novembro. A senhora explica que na tarde de quinta-feira quando a barragem se rompeu nenhuma casa ficou intocável, os moradores se preocupavam em avisar na escola o que estava acontecendo para salvar todas as crianças, um helicóptero passou no campo e informou que aqueles habitantes só tinham cinco minutos para pegar documentos antes que a enxurrada de rejeitos chegasse, todos correram para o ponto mais alto morro ali perto, dali avistaram que da rua do Sapo até a Dadá estava coberto de rejeito. Logo após o rompimento, a tristeza invadiu aquelas pessoas que eram gratas as doações recebidas, mas sabiam que nunca mais teriam aquela vida de volta.

Na edição nº 0 de fevereiro de 2016, o jornal nas p. 10-11, aponta uma ordem cronológica que marca os 60 dias do acontecimento do desastre mostrando a realidade daquele momento até a ida para as casas alugadas. No dia 06 de novembro, os desabrigados foram para hotéis pagos pela Samarco. Nesse mesmo mês de novembro foi realizada a primeira reunião com a mineradora e também diversas doações por parte da comunidade foram reunidas no Centro de Convenções de Mariana. Houve algumas surpresas no meio de tanta solidariedade: “Como alguém doa roupa suja, velha e rasgada?” (A *SIRENE*, 2016, edição nº 0, p. 11).

No dia 21 de novembro de 2015 foi criada a primeira comissão dos atingidos afim de discutir com a mineradora seus interesses, parecia que a Samarco cumpriria com todas as obrigações. No mês de dezembro, após de várias reuniões, ampliação da comissão dos atingidos e escolha das casas temporárias, os desabrigados passaram a habitar as casas alugadas sem saber se o bairro que habitariam seria igual o deles em Bento ou se haveria algum conhecido do seu distrito morando perto. Depois de 60 dias do rompimento, em janeiro de 2016 surgiu a proposta de construção de um “novo Bento” e também reunião na Assembleia Legislativa. No dia 05 de fevereiro de 2015 é distribuído a comunidade a primeira edição do jornal *A Sirene* (2016) inaugurando um outro canal de comunicação para os atingidos.

Na primeira edição, definiu-se o que são os atingidos de acordo com a forma semântica do discurso: “1. prejudicados pela lama 2. sofreu algum dano ou perda diretamente 3. pessoas que perderam tudo, ou seja, bens materiais, sonhos, vidas, liberdade 4. Inocentes” (A *SIRENE*, 2016, edição 0, p. 13). Na última página da primeira edição do jornal foram dispostos cinco pontos que correspondiam ao desejo dos desabrigados: o direito de escolha de onde seria o “novo Bento”, estar perto de Bento, a paisagem, o respeito a história deles e modo de viver que eles tinham antes do rompimento (A *SIRENE*, 2016, edição nº 0).

Na p. 13 da primeira edição do jornal eles apontam qual o significado das notícias/impressa para os desabrigados:

“1. distorção e manipulação. 2. da situação para elevar o nível de audiência sem pensar em quem foi atingido 3. algumas verdades, algumas mentiras, porém, foi de muita validade e está sendo, não deixando que a gente fique no esquecimento, nós achamos de muita importância 4 algumas manipuladoras e oportunistas e outras a favor da verdade e da realidade” (A *SIRENE*, 2016, edição nº 0, p. 13).

Todas as edições do jornal *A Sirene* (2016) têm como destaque uma agenda mensal do que está sendo feito. A edição nº 1 de 2016 relata que no dia 01 de março, os atingidos conseguiram a ampliação dos cartões concedidos pela Samarco e também a antecipação dos pagamentos de algumas indenizações. No dia 02 de março alguns atingidos visitaram o terreno acompanhado do promotor e peritos, secretaria de Meio Ambiente e de Obras, SAAE, Prefeitura e a imprensa. No outro dia, cobraram da Samarco o pagamento dos alugueis atrasados das casas e também o pagamento das OTRs (Ocupação Trabalho e Renda). Além disso, reivindicaram o início das negociações para o ressarcimento dos prejuízos causados e apontaram reclamações sobre problemas nos cartões fornecidos pela empresa que estavam comprometendo o saque. No dia que a tragédia completou quatro meses, os sirenistas se reuniram para realizar uma chuva de poesia e soar a sirene em Mariana.

A edição nº 1 de março de 2016 do jornal *A Sirene* relata que os atingidos querem o direito de se comunicarem da forma que acham justa. Não se trata de uma forma de injuriar a Samarco, os cidadãos marianenses e os governantes. Por saber dos recursos publicitários que a empresa tem, os refugiados trazem a sua própria história com a sua visão dos fatos. De acordo com Editorial de março “são os atingidos que saem em campo para pesquisar, reescrever,

fotografar e mostrar a história pelo olhar deles, pelas críticas deles, pelos segredos deles, pelos questionamentos deles” (A *SIRENE*, 2016, edição n° 1, p. 2).

A Edição n° 2 de abril de 2016 relata o que ocorreu na agenda de abril e maio, todo dia 5 do mês os ex-moradores das áreas atingidas realizam um movimento para lembrar o acontecimento. No quarto e quinto mês do ano, eles realizaram novamente o ato um minuto de Sirene. Ocorreram várias reuniões e eles sugeriram o tombamento das localidades de Bento Rodrigues e Paracatu.

No nono mês do ano, os atingidos tiveram um avanço importante na luta pelos seus direitos ao conseguirem trazer o processo de Brasília para a cidade de Mariana e contratar uma assessoria técnica. Assim, a luta para conseguir negociações justas será de igual para igual (A *SIRENE*, 2016, edição n° 6).

A edição n° 8 do jornal *A Sirene* (2016) chega para relembrar um ano do desastre. A capa dessa edição é toda da cor dos rejeitos vazados em novembro de 2015, simbolizando o luto e a luta dos atingidos. O jornal relembrou a escolha do território onde será o Novo Bento; a perda da escola em Paracatu; o recomeço após a destruição da cachoeira e do rio em Ponte do Gama; a luta desde janeiro de 2016 para que o processo voltasse a ser julgado em Mariana, tal vitória foi alcançada em 26 de agosto do mesmo ano; a manifestação das viúvas e famílias das vítimas fatais; a concessão do governo para a construção do dique S4 sobre Bento Rodrigues, o município de Barra Longa completando 1 ano de transtornos causados por obras da Samarco e o resgate dos pertences de Bento, Paracatu e Gesteira para tombamento como patrimônio.

A edição de abril também trouxe algumas notícias ruins para os seus leitores. A primeira delas é que a Samarco atrasou o pagamento das residências provisoriamente alugadas e também das contas de luz desses imóveis. Esse atraso coincidiu com o início das operações das atividades da Fundação Renova. A inadimplência em quitar esses débitos acabou gerando um constrangimento por partes dos atingidos que vivem ali ao serem cobrados pelos proprietários diretamente, assumindo uma responsabilidade e culpa que não pertence a eles (A *SIRENE*, 2017, edição n° 13). A segunda má notícia vem de uma pesquisa realizada pelo Instituto de Saúde e Sustentabilidade que teve como amostra 500 habitantes de Barra Longa. Os resultados apontaram que 35% das pessoas que foram entrevistadas apresentaram uma piora em sua saúde por causa dos vazamentos dos rejeitos e a exposição ao rejeito das barragens. “Entre os problemas estão: doenças respiratórias (40%), infecções de pele (15,8%), transtornos psicológicos (11%), doenças infecciosas (6,8%) e oftalmológicas (6,3%)” (A *SIRENE*, 2017, edição n° 13, p. 2).

A capa da edição de abril de 2017 retrata a figura de uma avó e neta abraçadas, a linguagem semântica dessa figura exprime que a palavra-chave desse mês é cuidado. Cuidado com a saúde dos atingidos, com a educação daqueles que perderam suas escolas e foram alocados em outro espaço, com a responsabilidade de fornecer um terreno e condições para reconstrução de suas vidas. Essa palavra representa o acolhimento de uma família como neta e avó cuidando uma da outra (A *SIRENE*, 2017, edição n° 13).

A edição de junho de 2017 questiona a legitimidade da Fundação Renova Samarco. Por isso, no dia 20 do mesmo mês foi marcada uma Audiência Pública que tem como propósito discutir “a relação da Renova com as comunidades atingidas; a efetividade das ações criadas pela empresa para os produtores rurais; a relação com empresários lesados por terceirizadas que

prestam serviços à Fundação e o prazo para a contratação de mão de obra local” (A *SIRENE*, 2017, edição n° 15, p. 2). No último dia do mês de maio os atingidos de Barra Longa ganharam o direito de ter uma assessoria técnica. Isso ocorreu através de acordo assinado em um conjunto formado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), e os Ministérios Públicos Estadual e Federal e também a Samarco. A assessoria responsável será a Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS) (A *SIRENE*, 2017, edição n° 15).

A capa da edição de julho de 2017 traz como figura principal o Seu Zezinho, habitante de Paracatu bastante conhecido na comunidade, para lembrar a história e a memória das gerações paracatuenses. A última página explica o uso da imagem do idoso e com a ajuda da também moradora da região Angélica Peixoto, editoralista convidada, retrata a importância da localidade de Paracatu que faz parte de um processo histórico. Seu Zezinho não mora mais no pequeno distrito por causa da catástrofe, mas seus filhos moram ainda nas áreas atingidas.

A edição do oitavo mês do ano dá ênfase a um direito que os atingidos conquistaram através da ação do Ministério Público. Ela garante que é “um direito dos atingidos que possuíam veículos, a baixa no DETRAN/MG e o cancelamento de tributos, a partir do dia do desastre que produziu a destruição ou desaparecimento, sem qualquer custo adicional” (A *SIRENE*, 2017, edição n° 17, p. 3).

O mês de setembro tem duas edições lançadas e uma delas tem como destaque a Foz do Rio Doce. A ilustração da capa desta edição especial retrata o pescador Arnoilton Pereira da cidade de Regência Augusta no Espírito Santo. O atingido foi a primeira pessoa a testemunhar a chegada da mancha de rejeitos na sua comunidade e seu alastramento do rio para o mar. Atualmente o seu testemunho é de um barco parado depois de ter passado por gerações na sua família de pescadores. Mesmo com a realidade sombria do pescador, a sua esperança é encher o novamente o seu barco de peixes saudáveis. Segundo o editorial essa imagem traduz “a memória, a tristeza e a esperança de muitos atingidos, que, há quase dois anos, perderam a relação econômica, cultural e espiritual com as águas doces do rio”. (A *SIRENE*, 2017, edição especial s/n°, p. 8).

O Editorial dessa edição especial dá ênfase ao Festival Regenera buscando fazer dele o maior coletivo de pessoas com o intuito de mudar a situação do desastre. Para eles tal movimento é um ato político que

ganha ainda mais importância quando se considera a irresponsabilidade da Samarco e da Fundação Renova ao não assumirem, verdadeiramente, um trabalho de reparação dos danos causados pelo rompimento. No Espírito Santo, a relação da empresa/fundação com os atingidos é ainda mais omissa do que aquela que testemunhamos, diariamente, nas dinâmicas movidas aqui em Mariana e em Barra Longa. Sem assessoria técnica e submetidos a um cadastro que não dá conta das privações impostas pela lama, os atingidos da Foz enfrentam difíceis quadros de desamparo e carências (A *SIRENE*, 2017, edição especial s/n°, p. 8).

Depois de 22 meses do desastre o jornal traz em sua coluna fixa “Direito de Entender” a situação que está o projeto de reassentamento. Os territórios escolhidos para as novas moradias não saíram do papel. Para que o direito de ter uma moradia e regressar a vida que tinham antes, “Ministério Público de Minas Gerais, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Mariana, ajuizou ação civil pública contra as empresas Samarco, Vale e BHP exigindo, dentre outros direitos, o reassentamento das comunidades” (A *SIRENE*, 2017, edição n° 18, p. 4).

A Edição de outubro de 2017 retrata uma homenagem as crianças em sua capa e também nas reportagens. Deixaram que as crianças, chamadas de “sireninhas”, falassem o desejavam para o futuro das suas comunidades Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira. Os alunos sentem falta das antigas escolas que para eles era uma extensão da própria moradia. A inserção em ambientes escolares diferentes das raízes históricas que lhes pertenciam reflete uma sensação de perda e ao mesmo tempo o desejo que essas crianças se tornem adultos críticos e responsáveis com as pessoas e o mundo em que vivem. A esperança dos educadores está nos desenhos dos discentes que continuam ilustrando a vida que tinham antes mostrando que não esqueceram e nem vão esquecer (*A SIRENE*, 2017, edição n° 19).

Após dois meses de desastre tem-se uma capa em silêncio, sem cor, sem manchete. O desafio relatado pelo editorial desta edição de novembro de 2017 foi escolher uma capa que demonstrasse a situação do atingidos das cidades de Mariana e Barra Longa. Eles queriam “uma imagem que não fizesse referência a nenhuma comunidade específica e que não personalizasse o rosto de nenhum atingido” (*A SIRENE*, 2017, edição n° 20, p. 3). Por mais que a vontade de alguns colaboradores fosse a mesma capa da cor preta da edição de novembro de 2016, os sirenistas decidiram por deixarem em branco a capa e a última página. De acordo com o editorial, “sobre esse branco-amarelado do papel-jornal, há de vir um futuro sobre o qual pouco sabemos, apesar de tanto desejá-lo. Conquistas virão e, infelizmente, derrotas também” (*A SIRENE*, 2017, edição n° 20, p. 3). O desejo dos sirenistas é aguardar as capas que virão como se ali expusesse um futuro de esperança que eles tanto esperam (*A SIRENE*, 2017, edição n° 20).

O jornal n° 20 mostra o relato de vários atingidos sobre o que eles mais lembram do local que moravam, alguns tem fotos, outros somente a lembrança. A memória, de acordo com *A Sirene* (2017), “é uma forma de viver e de refazer o passado, de lembrar fatos ocorridos e de sentir, no presente, as condições que dão sentido a uma vida” (2017, edição n° 20, p. 4). As histórias que os atingidos contam sobre a comunidade que viviam ajuda a manter os laços e força de vontade para enfrentar vinte e quatro meses de poucas realizações.

Outro aporte para legitimação dos discursos dos atingidos através do jornal *A Sirene* são as imagens e metáforas. A edição n° 20 retrata a figura de uma casa suja de rejeitos até o telhado com as marcas ainda do dia 05 de novembro de 2015. Para os atingidos, essa marca representa uma metáfora, “esse traço marrom impregnado nas coisas por onde passou o rejeito indica o tamanho da nossa indignação e da nossa luta pelo fim da impunidade” (*A SIRENE*, 2017, edição n° 20, p. 9). O jornal enfatiza na reportagem especial das p. 15 a 18 o que é ser atingido ao dar vozes aos prejudicados, mas é no editorial que eles resumem o sentimento deles:

Ser atingido é levantar todos os dias e não se reconhecer onde está. É ter que sair para continuar em busca de algo que não está mais ao alcance. É lutar, lutar sem vislumbrar horizonte de dias melhores. São dois anos e, a cada dia que passa, perdemos identidade, laços de amizade, lembranças que vão ficando pelo caminho. Vemos que será preciso continuar essa luta, mas não sabemos até quando. Agarramo-nos na fé como nossa principal aliada, bem diferente de um ano atrás, quando acreditávamos mais em nós mesmos. Atingido não é só quem teve a casa destruída. Atingido é quem correu da lama, quem perdeu o emprego, teve que sair da sua casa perdida na lama ou interditada pela Defesa Civil. Atingido é quem estava longe e sofreu um aperto no coração quando levou um choque ao saber que alguém da família podia não ter sobrevivido. Atingido é quem sentiu a tristeza sem palavras de ver seu temor se tornar realidade. Atingido é quem, numa quinta-feira comum, estava a caminho de casa quando descobriu que não tinha mais para onde voltar. Atingido é quem continua vivendo em áreas de risco, sem ter direito à

informação sobre as condições de suas propriedades ou sem receber opções viáveis de moradia. Atingido, como definiu Marino, morador de Paracatu de Baixo, é quem teve a vida invadida pela lama (A *SIRENE*, 2017, edição n° 20, p. 9).

A reportagem que foi destaque no *site* do jornal *A Sirene* (2017) questiona “A quem pertence as imagens dos atingidos?”. Não se trata apenas de fotografar os pertences ou sofrimento deles, existe uma história marcada na memória de cada indivíduo. Os atingidos criticam o uso da sua imagem para fim lucrativo, também o intuito de somente o visitarem para conseguir a melhor foto e nunca mais voltarem para saber como estão realmente. Os atingidos pedem a reflexão de qual o limite para essa exploração visual (A *SIRENE*, 2017, edição n° 20).

Ao final da edição apresenta-se no diálogo intitulado “Papo de Cumadres” o que significa dois anos de desastre: aumento das doenças alérgicas e psicológicas por causa do rompimento da barragem de Fundão, a construção do dique S4 para contenção do vazamento de rejeitos, o direito dos atingidos de Mariana de terem o cadastro dos danos causados preenchido e a conquista do apoio de assessoria para a cidade de Barra Longa. A esperança dos moradores é a união junto ao Ministério Público Federal e Estadual, as assessorias, o Movimento pelos Atingidos por Barragens e os próprios atingidos para que mais direitos possam ser conquistados (A *SIRENE*, 2017, edição n° 20).

Considerações finais

Notou-se que o percurso semântico que os atingidos utilizam para terem suas vozes ouvidas são as imagens das casas, dos locais comunitários como a igreja e a escola, os relatos dos ex-moradores e habitantes ainda das áreas impactadas, as seções “Pelo Direito de Entender” e a “Agenda”, as reportagens em comum destacadas no *site*, *facebook* e folhetim. Por isso, o jornal *A Sirene* se configura como uma ferramenta discursiva que elabora o passado e “promove padrões de acesso discursivo ao poder por parte dos atingidos, na medida em que assumem o protagonismo no processo de “co-laboração” do jornal, que se realiza como prática em constante transformação, com vistas a seu amadurecimento e consolidação” (MENDES; MENEZES, 2016, p. 1070).

A partir da explanação realizada sobre a obra de Adorno (2003) foi possível construir a análise do jornal *A Sirene* de fevereiro de 2016 a novembro de 2017. A análise aqui apresentada contou fielmente a história dos atingidos detalhada em 22 edições. Isso demonstrou que as pessoas ainda não estão condenadas a alienação, pois existe uma ferramenta feita com eles e para eles que permite o esclarecimento da realidade. A forma como a diagramação é realizada combinada aos elementos verbais e não verbais eleva a capacidade de “refletir criticamente sobre o seu próprio fazer, em prol de um objetivo coletivo, que *A Sirene* vem conquistando espaço e credibilidade em nível regional e nacional” (MENDES; MENEZES, 2016, p. 1070).

Os enunciados do jornal que sempre trazem os relatos dos atingidos evidenciou um descontentamento com a falta de atenção que a Samarco vem exercendo nos últimos 24 meses pós tragédia. Os atingidos sabem agora com a repetição constante nas edições do folhetim que a união deles é a única forma ainda de se fazer ouvir. Por isso, eles sempre falam por todos os atingidos usando o pronome da 1ª pessoa do plural “nós”. Essa atitude reforça o quanto é importante eles estarem juntos nas reuniões de negociação e na cobrança dos seus direitos. Isso demonstra “também de que não é apenas um caso esporádico ou singular de não recebimento de um benefício, mas a situação de abandono por parte da Samarco é geral, com todas as vítimas” (BATINGA; MENEZES, 2016, p. 9).

Para elaborar o passado dos atingidos, o jornal usou três aportes que ajudaram a consolidar as narrativas numa exposição coerente com a realidade: a preservação da memória dos impactados sem distorcer ou se aproveitar da imagem deles, o direito expressivo a comunicação clara para todos e a educação como forma de esclarecer e dar aquelas pessoas o direito de entender. Batinga; Menezes (2016, p. 10) concluíram que o jornal proporcionou:

uma linguagem acessível para os próprios atingidos e a escolha do discurso direto, as aspas, permite reforçar a presença do outro no discurso e que o interlocutor se identifique com as falas, pois foram utilizados artifícios que remetem à vida simples, pacata, de amizades, do trabalho na roça que é do domínio comum dos leitores que o jornal tem como público-alvo.

Ao analisar o manifesto jornalístico, percebeu-se o seu comprometimento político que resiste a linguagem instrumentalizada usada pelas mídias “patrocinadas”. Portanto, o jornal *A Sirene* “das vítimas da tragédia da barragem toma um posicionamento de resistência, tanto à Samarco, grande causadora de suas desgraças, como à própria mídia tradicional, que optou por uma espetacularização da tragédia ambiental” (PAZZA, 2017, p. 85). Ou seja, vê-se um coletivo mobilizado por ação política e democratizada. Dessa forma, a cobertura realizada permitiu “relatar a vida cotidiana, por meio das linguagens textual e visual, as mudanças que ela sofreu por causa do crime ambiental, a tentativa de resgate da cotidianidade perdida, entre outros, são uma das principais formas utilizadas para promover essa democratização” (DAL GOBBO; REBOUÇAS, 2017, p. 12).

As críticas de Adorno (2003) a sociedade capitalista ajudaram a entender que a construção da memória somente pode se afirmar se os sujeitos estarem conectados as possibilidades de resistência. Tem-se um veículo de informação importante para o movimento político dos sirenistas, mas de nada vale esclarecer sem ter conquistado a emancipação. Por isso, há um trabalho árduo de comprometimento sendo realizado pelos sirenistas para evitar a distração e fazer esses sujeitos serem ativos na narrativa da própria história e não somente espectadores alheios a esse momento importante de reflexão. Destarte,

Se nós não somos espectadores da nossa realidade, significa que ela não está fixamente estabelecida. Mesmo que as condições atuais sejam desfavoráveis ao florescimento da crítica, a crítica não está, com efeito, destinada ao desaparecimento. Para suplantar a perspectiva acrítica, é imprescindível superar uma visão que tende a apegar-se ao imediatismo que justifica a suposta naturalidade das estruturas sociais (SANTOS, 2014, p. 34).

Se o julgamento dos culpados do desastre socioambiental perde suas forças ano a ano, este trabalho através da análise do jornal *A Sirene* aponta para a legitimização e empoderamento dos atingidos como forma de elaborarem o próprio passado visando um presente e futuro justos.

REFERÊNCIAS

- A SIRENE: *para não esquecer*. Ed. 0. Mariana, MG, Fev. 2016.
- A SIRENE: *para não esquecer*. Ed. 1. Mariana, MG, Mar. 2016.
- A SIRENE: *para não esquecer*. Ed. 2. Mariana, MG, Abr. 2016.
- A SIRENE: *para não esquecer*. Ed. 3. Mariana, MG, Jun. 2016.
- A SIRENE: *para não esquecer*. Ed. 6. Mariana, MG, Set. 2016.
- A SIRENE: *para não esquecer*. Ed. 8. Mariana, MG, Nov. 2016.
- A SIRENE: *para não esquecer*. Ed. 11. Mariana, MG, Fev. 2017.

- A SIRENE: *para não esquecer*. Ed. 13. Mariana, MG, Abr. 2017.
- A SIRENE: *para não esquecer*. Ed. 15. Mariana, MG, Jun. 2017.
- A SIRENE: *para não esquecer*. Ed. 16. Mariana, MG, Jul. 2017.
- A SIRENE: *para não esquecer*. Ed. 17. Mariana, MG, Ago. 2017.
- A SIRENE: *para não esquecer*. Ed. Especial s/n°. Mariana, MG, Set. 2017.
- A SIRENE: *para não esquecer*. Ed. 18. Mariana, MG, Set. 2017.
- A SIRENE: *para não esquecer*. Ed. 19. Mariana, MG, Out. 2017.
- A SIRENE: *para não esquecer*. Ed. 20. Mariana, MG, Nov. 2017.
- ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- BATINGA, Georgiana Luna; MENEZES, Flávia Pereira Dias. Um Convite para não Esquecer: Uma Análise das Estratégias Discursivas Utilizadas pelos Atingidos no Acidente da Samarco, em Mariana (MG). In: Anais do CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. 2016.
- CARRIERI, A. P.; MARANHÃO, C. M. S. A.; MURTA, I. B. D. Crítica ao manejo humano em Belo Horizonte. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 43, n. 6, 2009.
- DAL GOBBO, Elaine; REBOUÇAS, Edgard. Jornal A Sirene e a Retratação do Cotidiano como Instrumento de Comunicação, Mobilização e Disputa de Narrativas. In: Anais do XL CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 40, 2017, Curitiba. São Paulo: Intercom, 2017. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017>. Acesso em: 08 fev. 2017.
- FARIA, José Henrique de; MENEGHETTI, Francis Kanashiro; STEFANI, Dorival de. Razão tradicional e razão crítica: os percursos da razão no ensino e a pesquisa em administração na concepção da teoria crítica. **Revista de Ciências da Administração**, v. 18, n. 45, 2016.
- FARIA, A. A. M. Interdiscurso, intradiscurso e leitura: o caso de germinal. In: MARI, H.; MACHADO, I. L.; MELLO, R. (Orgs.). **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- FIORIN, J. L. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 1989.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. O que resta da ditadura. São Paulo: **Boitempo**, p. 177-186, 2010.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas, 1991.
- GONZAGA, Roberto César Barros. Todorov, Levi e Adorno: Considerações sobre história, memória e testemunho no século XX. **Criar Educação**, v. 3, n. 2, 2014.
- GUEVARA, Asunción Herrera. Filosofía y literatura: dos herramientas necesarias ante los retos de una nueva Ilustración. **Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades**, v. 19, n. 38, 2017.
- JUTGLA, Cristiano Augusto da Silva. Poesia de resistência e a luta por Direitos Humanos. **Via Atlântica**, n. 28, p. 397-414, 2015.
- LÖWY, Michael. Por um marxismo crítico. **Lutas sociais**, n. 3, p. 21-30, 2004.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- MENDES, Paulo Henrique A.; MENEZES, William Augusto. Discurso, cognição e formas de empoderamento: uma análise do jornal A Sirene. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 24, n. 3, p. 1047-1073.
- NEVES, Maria Fernanda Britto; DOS SANTOS, Deyse Maimone; LOUREIRO, José Carlos. Sustainable Architecture for Communities Affected by Environmental Disasters and the Case of Mariana, the Largest Environmental Accident in Brazil. **International Journal of Environmental Monitoring and Analysis**, v. 5, n. 4, p. 116, 2017.

PAZZA, Janaína. A mídia radical do jornal A Sirene: a mineradora Samarco vista pelos olhos dos sirenistas. **Revista Versalete**, v. 5, n. 8, p. 78-95, 2017.

RIPA, Roselaine. A Concepção de Educação Emancipatória de Theodor W. Adorno. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**, n. 10, p. 3-14, 2008.

SANTOS, Tamires Dias. Theodor Adorno: uma crítica à indústria cultural. **Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência – 2º quadrimestre de**, v. 7, n. 2, p. 25, 2014.

SILVA, Monica R.; COLONTONIO, E. M. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e as proposições sobre trabalho, ciência, tecnologia e cultura. **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, n. 58, 2014.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 5ª.ed. São Paulo : Atlas, 2004.

ZUIN, Antônio AS. Copiar, colar e deletar: a Internet e a atualidade da semiformação. **Proposições**, v. 24, n. 3, p. 139-160, 2013.